

DESIGUALDADES SOCIOESPACIAIS EM PEQUENAS CIDADES: A SEGREGAÇÃO RESIDENCIAL NA CIDADE DE PAU DOS FERROS-RN

Josué Alencar Bezerra

Professor Me do CGE/CAMEAM/UERN
Pesquisador do Núcleo de Estudos em Geografia Agrária e Regional (NuGAR)
josuebezerra@uern.br

Keliane Queiroz de Lima

Graduada em Geografia pelo CGE/CAMEAM/UERN
Aluna da Especialização em Meio Ambiente e Geografia do Semiárido do IFRN
kelianekeli@hotmail.com

Resumo:

O estudo das cidades do Alto Oeste Potiguar possibilita o entendimento da problemática que envolve as cidades de pequeno porte, sobretudo as que estão inseridas nas regiões economicamente frágeis. Muitas destas cidades são caracterizadas pela ausência de políticas públicas e atividades econômicas voltadas para o desenvolvimento da população, esse aspecto, aliado à insuficiente atuação do poder público, contribuiu para o surgimento de vários problemas, entretanto, o que nos chama mais atenção é o surgimento de espaços desiguais nestas cidades, como é o caso de Pau dos Ferros. Apesar da dimensão destes espaços, o processo de segregação, sobretudo a residencial, tem se mostrado cada vez mais comum. É preciso garantir para essa população a melhora da qualidade de vida e da justiça social em relação ao conjunto da coletividade urbana. Este trabalho é produto de pesquisa financiada pelo CNPq e desenvolvida no Núcleo de Estudos em Geografia Agrária e Regional (NuGAR) como também de Trabalho de Conclusão de Curso no Departamento de Geografia do CAMEAM/UERN.

Palavras chave: Desigualdades. Segregação residencial. Pequenas cidades. Pau dos Ferros.

1 Primeiras palavras

As constantes transformações que, a cada dia, atingem as cidades dos mais variados tamanhos exigem da Ciência uma abordagem crítica e propositiva dos inúmeros aspectos a elas relacionados.

Em uma sociedade capitalista, marcada por fortes desigualdades sociais, econômicas, políticas e culturais, na qual há uma forte divisão de classes sociais com o privilégio de uns em detrimento de outros, a produção do espaço urbano reflete essas características, dentre outros fatores, no processo de segregação residencial de classes sociais que cada vez mais divide espaços e pessoas em manchas de riqueza e de pobreza dentro da cidade.

Visto como processo que está na base da produção da sociedade capitalista, a segregação residencial de classes sociais pode ser melhor visualizada em cidades grandes já que “[...] quanto mais populosa e mais vasta, mais diferenciadas a atividade e a estrutura de classes, e mais o quadro urbano é compósito, deixando ver melhor suas diferenciações [...]” (SANTOS, 2005, p.105). Apesar disso, resguardando as proporções, o processo de segregação residencial de classes sociais também pode ser observado nas cidades menores da hierarquia urbana brasileira, sendo apreendido em escalas e níveis diferenciado em cada uma delas, pois como afirma Roma (2009, p.46), “[...] sua ocorrência está ligada à organização da sociedade que mantém e fortalece as desigualdades sociais”.

Embasados por essa discussão e tendo em vista a necessidade de estudos das cidades afastadas das metrópoles, sobretudo quando o enfoque recai sobre a segregação, voltamos

nosso olhar para a cidade de Pau dos Ferros, no Rio Grande do Norte, onde estudamos a segregação residencial da classe pobre, que nesta cidade ocorre de forma mais acentuada no Conjunto Manoel Deodato, impondo consequências na organização espacial desta área da cidade.

Este trabalho é resultado da discussão realizada na pesquisa intitulada “Desigualdades socioespaciais nas pequenas cidades do Alto Oeste Potiguar: uma leitura sobre os espaços de exclusão”, financiada pelo CNPq e desenvolvida no Núcleo de Estudos em Geografia Agrária e Regional (NuGAR) como também de Trabalho de Conclusão de Curso no Departamento de Geografia do CAMEAM/UERN.

Isto posto, organizamos este texto, propondo, de início, uma leitura acerca das pequenas cidades brasileiras e, em seguida, das desigualdades socioespaciais na cidade de Pau dos Ferros-RN e, por fim, teceremos algumas considerações finais.

2 Pequenas cidades brasileiras: que recorte estamos nos reportando?

Apesar das pequenas cidades serem bastante representativas no quadro total das cidades brasileiras, os estudos que têm estes espaços como focos de análise ainda enfrentam dificuldades no avanço em relação a conceitos, parâmetros e metodologias. Não sendo um tema recente, a discussão sobre as pequenas cidades, já foi pauta em trabalhos de importantes estudiosos como Davidovich e Geiger (1961), Davidovich (1995) e Santos (1979), apesar da terminologia ainda não ter sido utilizado.

As dificuldades no estudo das pequenas cidades passam por algumas questões fundamentais, dentre as quais a fragilidade na elaboração de um arcabouço teórico metodológico para o estudo de tais espaços; a importância dada ao tema, já que os principais estudos sobre o fenômeno urbano brasileiro versam sobre as grandes cidades; além da grande diversidade e heterogeneidade regional brasileira.

Conforme aponta Melo (2008), as discussões sobre as pequenas cidades envolvem, entre outras questões, os critérios e conceitos definidores do que é cidade, população urbana e rural, espaços rurais e espaços urbanos.

Sobre o que seja a cidade, Melo (2008, p.439) coloca que:

A categoria cidade faz parte da linguagem de diversas áreas do saber, portanto, assume também denotações e significados específicos que demonstram as especificidades dos “olhares” científicos sobre o fato, ou seja, sobre a cidade. Por outro lado, cidade também faz parte do cotidiano das pessoas, da administração pública, das empresas, bem como sofre ações dos diferentes agentes sociais.

Portanto, existem possibilidades da variação do conceito de cidade entre os segmentos que o elaboram. Ademais é preciso considerar que as definições de cidade variam inclusive de país para país, nos quais os conceitos podem ser pautados em critérios populacionais, funcionais, político-administrativos, socioeconômicos, entre outros.

No Brasil, o critério para delimitação das cidades é o político-administrativo, sendo assim, de acordo com o Artigo 3º do Decreto-lei número 311, de março de 1938, é considerada cidade toda sede de município. Devido à adoção deste critério para a classificação das cidades no Brasil, a cada novo município emancipado surge uma nova sede com status de cidade. Temos assim, um quadro urbano composto por um número de 5.565 cidades, das quais mais de 90% apresentam população inferior a 20 mil habitantes, e, portanto, consideradas como pequenas cidades (IBGE, 2010).

A partir da adoção de tal critério para a classificação de cidades no Brasil, emergem uma série de questionamentos em relação à validade da categoria de cidade para boa parte desses espaços, por não apresentarem feições urbanas para serem classificadas como tal. Dentre algumas das discussões propostas podemos apontar as apresentadas por Veiga (2003), para quem seria necessário repensar a classificação do que ele chama de “equivocadamente urbano” no Brasil, a partir de critérios estruturais e funcionais.

Apesar de constar na grande maioria dos estudos, o critério populacional, enquanto único ou principal recorte para designar o tamanho das cidades, é questionado por alguns autores. Ao discutir sobre a temática das pequenas cidades nos países subdesenvolvidos Santos (1979, p.69-70) desenvolve a noção de cidades locais. Para o autor,

Quando se fala em cidades pequenas, a noção de volume da população vem logo à mente. Aceitar um número mínimo, como o fizeram diversos países e também as Nações Unidas, para caracterizar diferentes tipos de cidades no mundo inteiro, é incorrer no perigo de uma generalização perigosa. O fenômeno urbano, abordado de um ponto de vista funcional, é antes um fenômeno qualitativo e apresenta certos aspectos morfológicos próprios a cada civilização e admite expressão quantitativa, sendo isto outro problema.

Assim, Santos (1979) define como cidades locais as aglomerações localizadas em regiões de modernização principalmente agrícolas, funcionando como intermediárias entre o campo modernizado e núcleos urbanos maiores e surgindo a partir da necessidade de satisfazer as demandas da população local. Nesse sentido, seriam cidades que “[...] dispõem de uma atividade polarizante e, dadas às funções que elas exercem em primeiro nível, poderíamos quase falar de cidades de subsistência” (SANTOS, 1979, p.70).

Verifica-se que as considerações feitas por Santos (1979) em relação às cidades locais se referem especificamente a cidades inseridas em regiões de modernização agrícola, não podendo ser utilizadas quando se trata de pequenas cidades localizadas em regiões, nas quais, a agricultura se desenvolve com menor expressividade, como é o caso de Pau dos Ferros. Dessa forma concordamos com Pereira (2008, p. 2), quando coloca que no estudo das pequenas cidades:

[...] não podemos adotar, de forma generalizada, o conceito de cidades locais, utilizado por Santos (1979) [...] esse conceito pode ser aplicável nas áreas de maior modernização, todavia há um grande número de cidades que não apresentam inovações sendo que, em muitos casos, não possuem sequer a capacidade de suprir sua população com a oferta de serviços e produtos de consumo básico.

A autora segue ainda enumerando algumas características indispensáveis no estudo desse patamar de cidade, dentre as quais, a baixa oferta de serviços como saúde, segurança e educação; pouca articulação com cidades ao entorno; atividades econômicas incipientes; trabalho, principalmente no setor público e grande predominância do rural (PEREIRA, 2008).

Teorizando também sobre pequenas cidades, especialmente aquelas com população entre 10 e 15 mil habitantes, Corrêa (1991, p.14) afirma que, com as novas transformações ocorridas no final do século XX e início do século XXI, estas cidades “[...] passaram a constituir locais de concentração de força de trabalho rural. Muitas delas, especialmente as menores, transformaram-se em habitat rural concentrado, possuindo algumas poucas funções urbanas”. Mais recentemente, ainda ao tratar das profundas transformações pelas quais passaram o espaço urbano brasileiro, Corrêa (2004, p.75-76) associa as mudanças das cidades pequenas às verificadas no campo.

No que concerne às discussões sobre as pequenas cidades no Rio Grande do Norte, verifica-se que no estado o desenfreado processo de fragmentação do território ocorrido nas últimas décadas do século XX, mais especificamente a partir da Constituição de 1946, culminou na criação de um número considerável de municípios que, por força da lei, tiveram suas sedes consideradas como cidades. Este processo esteve atrelado na intenção de criação e ampliação de centros de consumo e na produção/reprodução da classe política estadual e nacional (GOMES, 1997). Como resultado, muitos municípios foram criados sem que se tenha sido levado em consideração questões de ordem socioeconômica e estrutural, primordiais ao funcionamento destes espaços e ao bem estar de sua população.

As políticas implementadas pelo Estado foram distribuídas de forma bastante heterogênea nestes espaços, uma vez que a concentração de capital em algumas regiões em detrimento de outras contribuiu para o aumento das desigualdades intra e inter-regionais e ampliação do grau de dependência das pequenas cidades em relação a alguns pólos regionais (LIMA; BEZERRA, 2009).

Segundo Silva, Gomes e Silva (2009) ocorreram avanços na realidade socioeconômica das pequenas cidades do Rio Grande do Norte, sobretudo nas áreas de saúde e educação, entretanto estas cidades continuam sendo espaços pouco adensados popularmente e os habitantes ficaram cada vez mais pobres, uma vez que a renda se encontra bastante concentrada nas mãos de alguns grupos locais que se destaca politicamente.

Algumas cidades com população em média de 15 mil habitantes, apresentam características importantes de serem ressaltadas neste trabalho. Temos aquelas que com perfil mais dinâmico no que se refere aos setores de produção, oferecendo melhores condições de oferta de serviços e diversificação de atividades comparadas a demais menores.

A cidade de Pau dos Ferros, localizada no Alto Oeste do Rio Grande do Norte, apresenta nos últimos anos um crescimento urbano proporcionado pelo aumento do seu terciário, que como ocorre nas grandes cidades brasileiras, proporciona a geração de várias problemáticas sociais como o desemprego, o déficit habitacional, o não acompanhamento de políticas voltadas para os mais necessitados, entre outros.

3 Configuração do espaço segregado: a cidade de Pau dos Ferros - RN

No Brasil, os espaços reconhecidos oficialmente por cidades são constituídos em sua maioria por cidades de pequeno porte. No estado do Rio Grande do Norte o número de cidades pequenas chega a 93,37% do total das cidades (IBGE, 2010), sendo a região do Alto Oeste Potiguar* aquela que se encontra mais fragmentada, com distância aproximada entre as cidades de 20 km, em média.

Utilizando como marco de referência teórica a produção do espaço urbano e regional nas últimas décadas, através de uma visita a historiografia norte-rio-grandense no estudo de autores como Andrade (1981), Clementino (1985), Gomes (1997) e Gonçalves (2005), percebemos que o surgimento das pequenas cidades no estado esteve relacionado em grande parte à reestruturação econômica ocorrida em todo o país a partir da segunda metade do século XX. Nas últimas décadas, as mudanças que se processaram na estrutura produtiva do Rio Grande do Norte, decorrentes do projeto de desenvolvimento e integração nacional do país, desencadearam uma grande crise na economia da região, já que alguns espaços foram contemplados com políticas desenvolvimentistas em detrimento de outros que surgiram na

* O Alto Oeste Potiguar compreende uma área de 5.259,865 km², ou 9,96% do território estadual e encontra-se dividida em 36 unidades municipais, das quais Pau dos Ferros assume a função de centro regional (IICA, 2006).

rede urbana como centros consumidores, associado a esse aspecto ressalta-se ainda a busca pela (re)produção de oligarquias locais. Todos esses fatores culminaram na criação de um grande número de cidades no estado e num abandono, em tais espaços, das questões de ordem infraestruturais e socioeconômicas, não havendo assim condições para atender sequer a demanda da população local.

Na realidade do Alto Oeste Potiguar, verificamos que o processo de produção do espaço regional teve como suporte as atividades agropastoris. Estes e outros fatos são marcos importantes no padrão de ocupação e na formação de localidades, fazendas e caminhos de gado. São ainda referências históricas do processo de reorganização territorial na medida em que demarcam pontos fixos (postos de comércio, pousadas, paróquias, etc.) e fluxos (de pessoas, de bens, de mercadorias, de informações) que articulam famílias, segmentos sociais e localidades diversas.

Nesse contexto temos que o processo de produção sócio-territorial das cidades na região se deu em meio ao crescimento da população, que foi se concentrando em seus perímetros urbanos. O aumento do número populacional não sendo acompanhado de um respectivo aumento nas políticas públicas, também trouxe para estes espaços alguns dos chamados problemas urbanos, dos quais podemos mencionar a insuficiência de uma infraestrutura básica, como calçamentos, ou sistema de abastecimento de água e coleta de lixo; a ocupação de áreas de risco; insuficiência nos serviços de educação, saúde e segurança; falta de emprego para os novos moradores da cidade, sobretudo aqueles vindos do campo; além da violência e de um processo de marginalização ou exclusão. Neste contexto torna-se possível observar o surgimento de alguns espaços segregados frente às outras áreas destas cidades.

Verificamos que a economia desses espaços é movimentada basicamente pelas atividades relacionadas ao setor primário (agricultura e pecuária) desenvolvidas de forma bastante tradicional, e dos salários de aposentados e pensionistas da Previdência Social, sendo que as prefeituras mantêm as cidades praticamente com os recursos do Fundo de Participação dos Municípios (FPM). Os empregos, por sua vez, concentram-se no funcionalismo público (estadual e principalmente municipal), e nos poucos estabelecimentos comerciais existentes, que sendo de caráter familiar não absorvem a mão-de-obra disponível.

A cidade de Pau dos Ferros apresenta elementos característicos da desigualdade espacial bastante latente, no qual já podemos observar a ocorrência de um processo intenso de segregação das classes sociais dentro da cidade.

Apesar do processo de segregação ser geralmente atribuído as cidades grandes, como aponta Villaça (2001, p.142; grifo do autor): “[...] um processo segundo o qual diferentes classes ou camadas sociais tendem a se concentrar cada vez mais em diferentes *regiões gerais* ou *conjuntos de bairros* da metrópole”, o processo de segregação também pode ser verificado, certo que em menores proporções, em cidades pequenas, como afirma Roma (2008).

Podemos perceber que em Pau dos Ferros a produção de espaços desiguais se faz de forma bastante visível, deixando transparecer também as diferenciações entre as classes sociais. Assim, como afirma Souza (2008, p.67; grifo do autor)

[...] diferenças econômicas, de poder, de *status* etc. entre diversos grupos sociais se refletem no espaço, determinando ou, pelo menos, influenciando decisivamente onde os membros de cada grupo podem viver. Essas diferenças econômicas, de poder e de prestígio são função de várias coisas, potencialmente: em uma sociedade capitalista moderna, são função, primeiramente da *classe social* do indivíduo, a qual tem a ver com a posição que ele ocupa no *mundo da produção*.

Desse modo, na cidade de Pau dos Ferros as desigualdades de algumas áreas da cidade são refletidas na própria paisagem, na forma de organização dos espaços, nos tipos de moradias e na própria estrutura dos bairros, além do discurso da população.

Como grande parte dos núcleos urbanos brasileiros, a cidade de Pau dos Ferros passou por um processo de rápido crescimento da população urbana nas últimas décadas, chegando a um quadro de destaque na região. De acordo com os dados do IBGE (2010), a população urbana é de 27.733 habitantes.

Mesmo sendo considerada pequena em relação aos principais centros urbanos do Rio Grande do Norte, Pau dos Ferros vem exercendo um papel de centro de influência na região oeste do estado, o que justifica a sua classificação como *Centro Sub-regional A*, conforme o documento Regiões de Influência das Cidades do Brasil (IBGE, 2008). A importância desta cidade estaria atrelada ao fato de concentrar grande oferta de serviços de educação, saúde, financeiros, além de um comércio forte e uma grande oferta de serviços especializados.

Apesar do relativo crescimento econômico nos últimos anos, do mesmo modo como se observa na maioria das cidades brasileiras, o crescimento da população na cidade de Pau dos Ferros trouxe consigo o aumento do número de problemas relacionados a uma insuficiente infraestrutura urbana, problemas habitacionais, carência em serviços de educação, saúde e segurança; desemprego, além da violência e de processos de segregação.

A atual divisão administrativa da cidade conta, segundo informações da Câmara de Vereadores, com um total de 14 bairros, 07 conjuntos habitacionais e 03 núcleos habitacionais. Os investimentos feitos pelo Estado na cidade são distribuídos de forma espacialmente diferenciada, influenciando também no perfil socioeconômico da população que habita este ou aquele espaço e conseqüentemente nos serviços que se deslocam para diferentes áreas da cidade. Assim, existem espaços concentradores do comércio, espaços ocupados pelos mais altos estratos sociais para onde se deslocam os serviços mais especializados e as áreas ocupadas pelas classes de baixa renda com acesso difícil aos serviços básicos.

Sabe-se que a produção intra-urbana da cidade capitalista é resultante de ações acumuladas através do tempo e concebidas por agentes produtores e consumidores do espaço (CORRÊA, 2005). Em Pau dos Ferros, a produção do espaço urbano tem refletido as ações de diversos agentes, tais como, os proprietários fundiários, os promotores imobiliários, os grupos sociais excluídos e principalmente o Estado. Este último tem papel de destaque na produção, distribuição e gestão dos equipamentos de consumo coletivo fundamentais para a vida nas cidades.

A atuação dos proprietários fundiários e dos promotores imobiliários tem refletido, numa recente especulação imobiliária em Pau dos Ferros, sendo que a cidade tem se expandido em todas as direções. A importância econômica de Pau dos Ferros na região do Alto Oeste Potiguar tem refletido num aumento da população, sobretudo de profissionais e estudantes de cidades vizinhas que migram para esta cidade em busca de trabalho de cursos e faculdades. Verifica-se então que esse crescimento da cidade tem sido acompanhado pela multiplicação do número de loteamentos que surgem a cada dia. Nesse processo algumas áreas da cidade têm obtido uma supervalorização por parte do setor imobiliário, como a área central e os bairros ocupados pelas classes de maior poder aquisitivo.

Nesse processo recente de expansão urbana da cidade de Pau dos Ferros, como já dissemos, tem se destacado, sobremaneira, a ação do Estado enquanto agente produtor do espaço. Conforme aponta Rodrigues (2006), o Estado não atua de forma homogênea no espaço urbano, já que sua atuação é marcada pelos conflitos e/ou alianças de interesses dos segmentos da sociedade e depende de uma série de fatores que vão desde a necessidade e a existência de recursos até os interesses de ordem política e econômica. Dessa maneira, não atuando de forma neutra no espaço urbano, o Estado acaba favorecendo algumas áreas em

detrimento de outras. Como sua atuação se faz de forma a garantir condições de reprodução da sociedade capitalista cria mecanismos que conduzem à segregação residencial de classes, através da alocação espacialmente diferenciada de equipamentos de consumo coletivo (CORRÊA, 2005).

Notamos que em Pau dos Ferros, a atuação do Estado tem se dado de forma diferenciada nos diferentes bairros da cidade, tendo em vista que mesmo sendo perceptível a carência de algumas áreas, a implementação de infraestrutura na cidade tem ocorrido de forma seletiva, de modo que alguns espaços pouco ou quase nunca aparecem nas listas de obras da Prefeitura Municipal.

De acordo com tais pressupostos, entendemos que na cidade de Pau dos Ferros, o Estado, principalmente no âmbito do poder municipal, tem agido de forma mais efetiva com implantação de infraestrutura em áreas ocupadas pelas camadas de maior renda, nas áreas comerciais e ainda onde se verifica uma recente especulação imobiliária, o que tem refletido numa crescente expansão da cidade nesses espaços. Uma análise do número de alvarás de construção emitidos no período de 2005 a 2010 pela Secretaria Municipal de Tributação na cidade comprova esta afirmativa. Percebemos que os espaços onde o Estado se faz mais atuante são aqueles em que existe um maior crescimento do número de construções (**figura 01**).

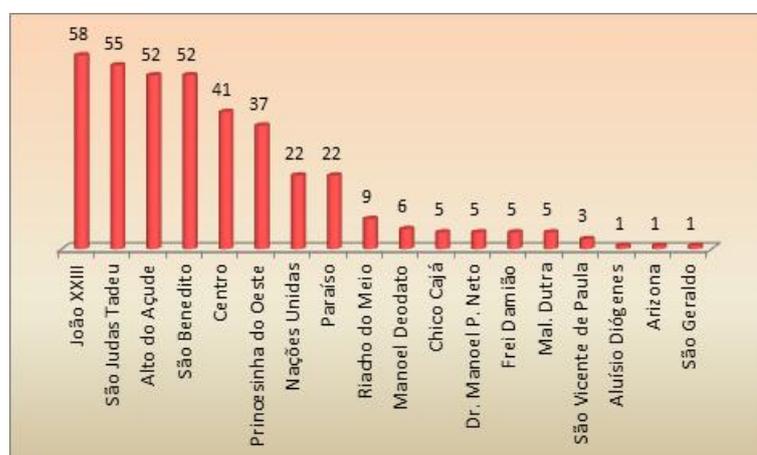


Figura 01: Distribuição do número de alvarás de construção emitidos para os bairros da cidade de Pau dos Ferros (2005-2010)

Fonte: Secretaria Municipal de Tributação (2010).

Assim, temos que em Pau dos Ferros a produção do espaço urbano tem se manifestado a partir de uma associação de interesses entre o Estado e o poder privado, de modo que os espaços são (re)produzidos mantendo grandes desigualdades entre si.

Os Conjuntos Nações Unidas e Princesinha do Oeste são popularmente conhecidos na cidade como áreas que concentram a população detentora de um maior poder aquisitivo, o que é refletido no próprio padrão elevado das residências que surgem nestas áreas e dos altos aluguéis e preços elevados de imóveis. O Conjunto Nações Unidas, possui todas as 147 residências cobertas pelos serviços de abastecimento de água, de energia elétrica e coleta de lixo. Ainda não há nesta área um sistema de esgotos implantado. No entanto, o Conjunto Princesinha do Oeste é o maior conjunto da cidade com 38 logradouros, tem todas as suas 802 residências ligadas ao sistema de abastecimento de água, energia elétrica e coleta de lixo, sendo 56,37% das residências ligadas ao sistema de esgotos.

Quando comparamos os mesmos dados em relação as áreas do Bairro Riacho do Meio e Conjunto Manoel Deodato, percebemos desigualdades existentes entre estas áreas. Popularmente estes espaços da cidade chegam até a serem estigmatizados por muitos.

O bairro Riacho do Meio possui 97,98% das 744 residências ligadas ao sistema de

energia elétrica e 96,37% ligadas ao sistema de abastecimento de água, sendo que as demais (3,63%) residências utilizam água de poço ou outros meios. Neste bairro, somente 0,65% das residências estão ligadas ao sistema de esgotos, as demais (95,56%) utilizam o sistema de fossas e 3,76% despejam a céu aberto.

Por fim, o Conjunto Manoel Deodato, onde inclusive está localizada a favela Beira-Rio, contando com um total de 822 residências, sendo 90,39% destas ligadas ao sistema de energia elétrica e 92,32% ligadas ao abastecimento de água e as demais (2,68%) usam água de poço ou outros meios. Já em relação ao destino do lixo, 90,27% é coletado pelo serviço público, 2,31% queimado e 7,42% jogado a céu aberto. Nesta área, 22,26% das residências são ligadas ao sistema de esgotos, as demais (66,55%) utilizam o sistema de fossas e 11,19% despejam a céu aberto.

As informações relatadas até aqui já podem ser consideradas como um demonstrativo das desigualdades entre as áreas analisadas, sendo que no Riacho do Meio e no Manoel Deodato não são bem providas de serviços considerados básicos para a sobrevivência e bem estar de uma população, no entanto, consideramos que é o tipo e/ou padrão das residências em tais áreas que refletem melhor, ao menos em uma breve análise, a segregação na cidade.

Como já assinalado anteriormente, nos bairros Nações Unidas e Princesinha do Oeste, onde as residências são de alvenaria, grande parte tem um elevado padrão arquitetônico, acessível somente àqueles que podem pagar (**figura 02**). Nessas áreas da cidade podemos inferir que ocorre o que se pode chamar de auto-segregação, definida como uma prática de grupos da classe de mais alta renda que buscam um afastamento voluntário das áreas menos atrativas da cidade vistas como barulhentas, violentas e desagradáveis. Em contrapartida e ao mesmo tempo ocorreria nas outras áreas da cidade, como o Bairro Riacho do Meio e sobretudo no Conjunto Manoel Deodato, a segregação involuntária na qual as pessoas não escolhem onde vão morar, pelo contrário, são forçadas a isso por não terem condições de acesso a moradia de qualidade ou de pagar os altos aluguéis das áreas mais nobres da cidade, as camadas mais pobres são obrigadas a residirem em áreas mais pobres (SOUZA, 2008).



Figura 02: Aspecto das residências nos bairros Nações Unidas e Princesinha do Oeste
Fonte: Josué Alencar Bezerra (Outubro de 2010).

Desse modo, no que diz respeito as áreas do Riacho do Meio e Manoel Deodato, a realidade é bem diferente das áreas mais nobres da cidade. Sendo áreas habitadas em sua maioria pela população de baixa renda as residências já tem um padrão mais simples e os aluguéis também são mais acessíveis. Verificamos que apesar de já terem havido políticas de erradicação das casas de taipa através de políticas de habitação implantadas em tais espaços, onde boa parte das residências foram doadas pelo Estado à população pobre, ainda existem residências bastante precárias em tais espaços. No Bairro Riacho do Meio ainda existem 10 residências de taipa construídas. Já no Conjunto Manoel Deodato, ainda nos dias atuais, há um elevado número de casas de taipa (**figura 03**).



Figura 03: Aspecto das residências no Conjunto Manoel Deodato
Fonte: Keliane Queiroz de Lima (Maio de 2010).

Além de este tipo de moradia ser bastante precária, já que construídas com barro pelos próprios moradores, a população que nelas habita está sujeita a doenças, como, por exemplo, a doença de chagas. Acrescenta-se ainda que outros fatores como o lixo e o despejo de esgotos a céu aberto, o convívio direto com animais que são criados pelas famílias como fonte de subsistências, além das inundações na parte do conjunto que ocupou o leito maior do rio Apodi-Mossoró, também contribuem para piorar as condições de sobrevivência da população dessa área da cidade.

Tais informações nos levaram a perceber o Conjunto Manoel Deodato enquanto espaço o qual a segregação residencial da classe pobre se faz de forma mais intensa, inclusive na opinião da população da cidade, que enxerga esse espaço como concentrador das maiores desigualdades espaciais. Tendo em vista tais aspectos e ainda as limitações já descritas para o desenvolvimento da pesquisa em toda a cidade, destinamos os maiores esforços investigativos desta pesquisa a uma análise deste espaço.

De acordo com órgãos municipais, os índices de violência e do uso de drogas associados também à prostituição, furtos e roubos multiplicam-se a cada dia. O desemprego e a baixa renda mensal da população refletem também o baixo padrão de vida vivenciado pela população.

Apesar de muitas famílias já terem tido suas casas de taipa erradicadas, constatamos que o Conjunto Manoel Deodato é a área da cidade de Pau dos Ferros que concentra o maior número desse tipo de moradia. Segundo a Secretaria de Ação Social, as dificuldades em erradicação desse tipo de casas passam por questões como a demora entre a aprovação dos projetos e liberação dos recursos para as obras, a forma desorganizada como foram sendo construídas as casas e estruturadas as ruas do Conjunto, além do fato de alguns moradores, após terem ganhado suas casas trocarem, alugarem ou venderem seus imóveis.

No Conjunto Manoel Deodato, as casas são geralmente muito pequenas, apesar de a maioria abrigar famílias numerosas. Entre as residências visitadas, verificamos que 63% possuíam entre 04 e 06 cômodos, contabilizando inclusive o banheiro. Um número significativo é também o das residências que possuem entre 01 e 03 cômodos (31%), sendo que estas são casas de taipa e algumas sequer possuem banheiro. Apesar de serem verdadeiros cubículos, verificamos que em grande parte das residências habitam grande número de pessoas.

Podemos perceber que a população entrevistada nos bairros problemáticos demonstra preocupar-se com problemas que lhes afetam de forma mais imediata, como a moradia ou a renda mensal. Assim, apesar dos serviços de saúde e educação, ou até cultura e lazer, serem focos de reclamações, os moradores se contentam em poder se deslocar até bairros mais próximos para obtê-los.

Por fim, a partir da pesquisa, entendemos que os espaços das cidades pequenas, particularmente de Pau dos Ferros, contemplam particularidades que lhe são peculiares, reforçando a análise de que os processos e dinâmicas que nelas ocorrem são frutos de suas próprias contradições e características, e não da homogeneização dos processos de formação socioespacial.

4 Algumas considerações

Como já assinalado anteriormente, o estudo sobre as pequenas cidades no Brasil já vem sendo feito há certo tempo. Entretanto, apesar de alguns autores já terem enveredado por essa temática, ainda encontramos grandes dificuldades no que diz respeito às discordâncias de ordem teórica e metodológica que dão suporte a essa discussão, sobretudo quando o tema é a segregação. Dessa forma, entendemos que o estudo acerca das desigualdades socioespaciais nas pequenas cidades do Alto Oeste Potiguar possibilitou o entendimento de como se processam a segregação e as problemáticas que envolvem as cidades desse porte.

Apesar de serem considerados por muitos como espaços os quais a estagnação e a tranquilidade são as sensações imediatas de quem as visita, as pequenas cidades constituem-se em espaços complexos, as quais inúmeras problemáticas urbanas relacionadas na maioria das vezes a cidades de grande porte também se mostram bastante visíveis.

A tendência da segregação residencial seria uma organização do espaço urbano em áreas com forte uniformidade interna e grande disparidade externa entre elas (CASTELLS, 2000), assim, analisamos o a cidade de Pau dos Ferros enquanto espaço separado, afastado e onde as desigualdades estão visíveis.

Visto como processo que está na base da produção da sociedade capitalista, a segregação residencial de classes sociais pode ser melhor visualizada em cidades grandes já que “[...] quanto mais populosa e mais vasta, mais diferenciadas a atividade e a estrutura de classes, e mais o quadro urbano é compósito, deixando ver melhor suas diferenciações [...]” (SANTOS, 2005, p. 105). Apesar disso, resguardando as proporções, o processo de segregação residencial de classes sociais também pode ser observado nas cidades menores da hierarquia urbana brasileira, sendo apreendido em escalas e níveis diferenciado em cada uma delas.

O estudo do espaço urbano, fundamental enquanto aporte teórico para a discussão que desenvolvemos associado à análise do processo de formação nos revelou que a produção do espaço em Pau dos Ferros é marcada pela contradição, característica essencial da cidade capitalista. Assim, temos que a atuação dos agentes produtores do espaço urbano nesta cidade tem contribuído para a manutenção das desigualdades entre as áreas urbanas ocupadas pelos diversos extratos sociais, à medida que tem privilegiado, com o incremento de infraestrutura urbana e serviços, áreas de interesse das classes sociais de mais alta renda.

Tendo em vista tais aspectos, entendemos que a segregação residencial em Pau dos Ferros ocorre de forma involuntária, uma vez que sua formação se deu a partir de ocupações irregulares, organizadas por uma população que, não tendo recursos para adquirir ou alugar imóveis em outras áreas da cidade, foram forçadas a se fixarem nas áreas onde as condições físicas e ausência de infraestrutura e amenidades naturais, afastam o interesse imobiliário.

Entendemos que é preciso garantir com urgência para essa população a melhora da qualidade de vida e da justiça social em relação ao conjunto da coletividade urbana. Para tanto se faz necessário que a população participe mais das decisões municipais reclamando seus direitos. Quanto ao Estado, entendemos que se faz necessário repensar os diversos espaços na cidade, levando em consideração o princípio da equidade no planejamento e gestão urbana, para tanto é necessário repensar a organização intra-urbana da cidade, levando em

consideração não apenas a oferta quantitativa, mais acima de tudo a oferta qualitativa de serviços e infraestrutura para estas áreas da cidade.

A distância social e espacial deve ser entendida pelo movimento de transformação da sociedade no espaço e no tempo, que modifica as relações sociais, redefinindo a urbanização em cada modo de produção e formação social.

5 Referências

ANDRADE, M. C. de. **A produção do espaço norte-rio-grandense**. Natal: Universitária, 1981.

CLEMENTINO, M. do L. M. **Economia e Urbanização: o Rio Grande do Norte nos anos 70**. Natal: UFRN-CCHLA, 1995.

CASTELLS, M. **A questão urbana**. Tradução de Arlene Caetano, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

CORRÊA, R. L.. Novas dimensões do urbano no Brasil. In: **Boletim de Geografia Teórica**, Rio Claro. v. 21, n. 42, p. 12-17, 1991.

_____. Rede urbana: reflexões, hipótese e questionamentos sobre um tema negligenciado. **Cidades**, Presidente Prudente, Grupo de Estudos Urbanos. n. 1, 2004.

_____. **O espaço Urbano**. 4.ed. São Paulo: Ática, 2005.

DAVIDOVICH, F. R. Considerações sobre a urbanização no Brasil. In: BECKER, B. K. et. Al. (Org.). **Geografia e meio ambiente no Brasil**. São Paulo: Hucitec, 1995.

DAVIDOVICH, F. R.; GEIGER, P. P. Aspectos do fato urbano no Brasil. **Revista Brasileira de Geografia**, ano 23, n. 2, abr./jun. 1961.

GOMES, R. de C. da C. **Fragmentação e gestão do território no Rio Grande do Norte**, 1997. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista. Rio Claro, 1997.

GONÇALVES, F. E. **Cidades Pequenas, Grandes Problemas: O perfil urbano do Agreste Potiguar**. 2005. 173 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Programa de Pós-graduação e Pesquisa em Geografia. Natal, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Regiões de Influência das Cidades 2007**. Rio de Janeiro, 2008.

_____. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2000, Contagem populacional de 2007, Censo demográfico 2010**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 10 dez. 2010.

IICA - Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura. Rio Grande do Norte. Secretaria de Estado do Planejamento e das Finanças. **Plano de desenvolvimento sustentável da região do Alto Oeste: Diagnóstico**. v. 2. Natal, RN, IICA, 2006.

LIMA, K. Q. BEZERRA, J. A. Dificuldades no estudo das Pequenas Cidades. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana, 11, 2009. Brasília. **Anais...** Brasília: UNB, 2009.

MELO, N. A. de. **Pequenas cidades da microrregião geográfica de Catalão (GO):** análises de seus conteúdos e considerações teórico-metodológicas. 2008. Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal de Uberlândia. Uberlândia, 2008.

PEREIRA, A. M. Reflexões sobre as pequenas cidades do norte de Minas Gerais (BR). IN: ENCONTRO NACIONAL DE GEÓGRAFOS, 15. 2008. São Paulo. **Anais...** São Paulo: AGB, 2008.

RODRIGUES, A. M. **Moradia nas cidades brasileiras**. 10.ed. São Paulo: Contexto, 2006.

ROMA, C. M. **Segregação socioespacial em cidades pequenas**. 2008. Dissertação (Mestrado em Geografia) – UNESP/Faculdade de Ciências e Tecnologia - Campus de Presidente Prudente. Presidente Prudente, 2008.

ROMA, C. M. **Segregação socioespacial em Cidades Pequenas: entre semelhanças e diferenças**. Disponível em:
<http://egal2009.easyplanners.info/area05/5690_Claudia_Marques_Roma.doc> Acesso em: Nov. 2009.

SANTOS, M. **Espaço e sociedade**. Petrópoles: Vozes, 1979.

_____. **A Urbanização Brasileira**. 5. ed. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

SILVA, A. B. da; GOMES, R. de C. da C.; SILVA, V. P. da. Uma leitura da socioeconômica das pequenas cidades do Rio Grande do Norte. In: Silva, A. B. da; Gomes, R. de C. da C.; SILVA, V. P. (Org.). **Pequenas cidades: uma abordagem geográfica**. Natal: EDUFRN, 2009.

SOUZA, M. L. de. **ABC do desenvolvimento urbano**. 4.ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008.

VEIGA, J. E. da. **Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula**. 2. ed. Campinas-SP: Autores Associados, 2003.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel, 2001.